

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA  
**MERCADO  
DE TRABALHO**

2º TRIMESTRE DE 2021

Governo do Estado da Bahia  
Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan  
João Felipe de Souza Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais  
da Bahia – SEI  
Jorgete Oliveira Gomes da Costa

Diretoria de Pesquisas – Dipeq  
Jonatas Silva do Espírito Santo

Coordenação Editorial  
Guillermo Javier Pedreira Etkin  
Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica  
Luiz Fernando Araújo Lobo  
Silvânia Ferreira Conceição

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi  
Normalização  
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Editoria-Geral  
Coordenação de Produção Editorial  
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo  
Ludmila Nagamatsu

Revisão  
Bernardo Menezes

Projeto Gráfico  
Nando Cordeiro

Editoração  
Julio Cesar Fonseca

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.  
Cep: 41.745-002. Salvador(BA)  
Tel.: (71) 3115 4733 Fax.: (71) 3116 1781  
www.sei.ba.gov.br  
sei@sei.ba.gov.br

# SUMÁRIO

2º TRIMESTRE DE 2021	1
CENÁRIO ECONÔMICO	2
MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED	3
MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC	10
PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO	17
Expectativa dos empresários baianos para o emprego	17
NOTA METODOLÓGICA	20
Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano	20

## 2º TRIMESTRE DE 2021

O avanço da vacinação, a intensificação no ritmo da imunização, a melhoria relativa dos indicadores sanitários associados ao surto de covid-19, o relaxamento das medidas de distanciamento social e de restrição à mobilidade e a flexibilização das exigências ao funcionamento de certas atividades econômicas, sem dúvida, contribuem para a edificação de uma recuperação no sentido de recomposição. Assim, apesar de necessários, não se mostram suficientes. Afinal, não se pode perder de vista o fato de que o cenário econômico já vinha com debilidades e fraquezas antes mesmo da pandemia eclodir. Outra advertência, a retomada não se dará de forma veloz: qualquer reviravolta requer tempo, visto que itinerários de construção ou reconstrução costumam ser mais demorados do que os destrutivos. Não à toa, a despeito de progressos, a realidade econômica e laboral continuou se deparando com desafios e obstáculos ao longo do segundo trimestre deste ano.

No que diz respeito especificamente à geração de emprego e renda, a análise continua exigindo cautela adicional. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), duas bases oficiais historicamente respeitadas e consolidadas, continuaram emitindo sinais destoantes entre si. Enquanto os dados do Caged permitem anunciar uma robusta recuperação em “V” do mercado de trabalho (ou até mais do que isso, já que aponta que todos os postos com carteira assinada eliminados há um ano não somente foram recuperados como muitos outros foram gerados), os indicadores da PNADC, apesar de progressos, repercutem ainda o misto de uma conjuntura desfavorável e uma trajetória tortuosa e atravancada. Nesse caso, o fiel da balança desse descompasso fica a cargo da realidade econômica nua e crua, aquela que não está apenas nos números, mas também nas ruas e calçadas. Assim, o alinhamento parece não ser segredo: a desconfiança quanto ao cenário indicado pelo Caged se amplia não somente pelo descolamento daquele retratado pela PNADC como também pelo desajuste com o próprio contexto econômico e social, que, mesmo com melhoria de alguns indicadores, não exhibe qualquer desempenho espetacular.

A conjuntura laboral baiana foi examinada neste boletim tendo por base os dados do Caged e da PNADC. O entendimento continuou o mesmo: a despeito dos resultados alvissareiros revelados pelo Caged, não há como atestar, de forma irrestrita, que o ritmo de qualquer recuperação do emprego e da renda esteja alicerçado em forças estruturais consistentes para se expandir ampla e rapidamente – afinal, além de ser costumeiramente um dos últimos pilares a materializar uma reabilitação completa, não há em trânsito expansão econômica em magnitude suficiente a ponto de escorar uma melhoria expressiva do mercado de trabalho. Assim sendo, fica a recomendação: a expressão retomada, no sentido estrito de regresso à condição ou ao padrão anterior, deve ser evitada, dando espaço a termos como recomposição ou reativação.

# CENÁRIO ECONÔMICO

Segundo dados recentemente divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica do estado no segundo trimestre de 2021, em matéria de Produto Interno Bruto (PIB), sofreu uma expansão de 6,7% no confronto com o mesmo período do ano anterior. Essa alta, primeira nessa base de comparação após quatro recuos seguidos, apesar da relevância, não deve ser analisada sem perder de vista o grau de deterioração da economia um ano atrás – resumidamente, crescimento significativo diante de uma base deprimida. Entretanto, em comparação ao trimestre imediatamente antecedente (série com ajuste sazonal), após três aumentos consecutivos, houve uma leve retração de 0,3% (tecnicamente, estabilidade). Mais uma vez, apesar do passo a passo de uma recuperação, a performance não tem sido outra senão a da morosidade.

Efetivamente, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de junho, a estimativa para a safra baiana de grãos de 2021 apontou uma alta de 4,1% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção totalizou 10,1 milhões de toneladas. A produção física estimada de grãos, assim, deverá fechar o ano com aproximadamente 10,5 milhões de toneladas – o que significará o melhor resultado já registrado. Dessa forma, diante da ampliação de 2,2% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, irá se expandir em 1,9% de um ano ao outro.

Em relação à indústria, de acordo com as informações da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, a produção baiana acumulada de abril a junho de 2021 teve uma retração de 11,8% frente ao montante produzido no mesmo intervalo de 2020 – emendando 15 quedas seguidas nessa base de comparação. O decréscimo no ritmo produtivo do setor ocorreu apenas na indústria de transformação, a qual regrediu 13,4%, já que na extrativa houve avanço de 14,9% em relação ao segundo trimestre do ano passado. No acumulado de 12 meses, o quadro indicou novo revés para o total da atividade fabril, com diminuição de 8,7% em relação a igual período imediatamente anterior.

O setor de serviços apresentou expansão no trimestre mais recente. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE, o volume de serviços prestados, acumulado entre abril e junho de 2021, em relação ao observado nos mesmos meses de 2020, exibiu uma elevação de 28,3% – terceira alta seguida após 22 quedas sucessivas na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado de 12 meses, que no caso vai de julho de 2020 a junho deste ano, a variação continuou negativa, apontando retrocesso de 4,3% comparativamente ao conjunto de 12 meses imediatamente antecedente.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE, mostrou uma alteração positiva no volume de vendas do varejo baiano no segundo trimestre de 2021 no confronto interanual, com alta de 27,0%. A comparação com o mesmo período do ano anterior apresentou o terceiro avanço trimestral seguido, após três recuos consecutivos. No acumulado de 12 meses, frente a igual intervalo imediatamente anterior, o indicador para o volume de vendas apontou crescimento de 5,8% – completando dois meses com resultado acima de zero nessa base de comparação.

Por fim, ao final do trimestre, conforme o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, a confiança do empresariado local se mostrou menos fatigada do que ao término do trimestre imediatamente antecedente. Dentro do próprio trimestre, mesmo que de forma lenta, o comportamento foi de restauração, com uma trajetória de crescimento iniciada no mês de abril – deixando para trás o itinerário de deterioração iniciado em janeiro e mantido até março. Em vista disso, a dinâmica de restabelecimento da confiança dos empresários do estado parece ter ganhado algum fôlego ao longo do segundo trimestre de 2021 (em abril, -275 pontos; em maio, -217 pontos; e, em junho, -210 pontos), repercutindo um processo de moderação recente da incerteza e de melhora das expectativas. No entanto, a escalada de agora carece de intensidade, já que ainda não foi suficiente para suplantar a perda observada ao longo do primeiro trimestre deste ano. Enfim, alimentando um viés de alta, mas ainda indicando pessimismo, os últimos resultados do ICEB retomaram o movimento de resgate da confiança no meio empresarial baiano iniciado no meio do ano passado e voltaram a subsidiar a crença em um cenário mais otimista num futuro próximo.

## MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED

De acordo com as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, na Bahia, no segundo trimestre de 2021, o saldo de empregos com carteira assinada foi positivo, indicando uma geração líquida de 26.862 postos<sup>1</sup>. A dinâmica com mais admissões que desligamentos foi apurada em cada um dos meses do referido intervalo. O mês de maio foi o de maior saldo, com 10.039 novas vagas – terceiro maior quantitativo do ano. Os meses de abril e junho testemunharam excedentes menos destacados, com surgimento de 9.219 e 7.604 novos postos, respectivamente – sustentando, no entanto, um nível de geração considerável para o trimestre. Além do mais, em termos de saldo, vale destacar que cada um desses três meses evidenciou um desempenho muito superior ao do mês correspondente do ano anterior.

O saldo de empregos com registro em carteira também foi positivo para o país como um todo no segundo trimestre de 2021, com 701.259 postos a mais. Ademais, vale ressaltar, todas as regiões originaram postos de trabalho. O Sudeste, com a eclosão de 366.196 vagas, evidenciou o melhor desempenho em termos absolutos. A Região Norte registrou a menor geração líquida, com 48.311 novos empregos celetistas. Das unidades da Federação, houve surgimento líquido em todas. No ranking nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 26.862 oportunidades ocupacionais, ficou na sétima posição, uma colocação abaixo da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia ficou com o melhor resultado, enquanto Sergipe (+1.343 postos) exibiu o menor saldo regional no período.

---

1 Conforme a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), seguindo um cronograma de implantação com término em novembro de 2021, o Caged vem sendo substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) como meio para a prestação de informações por parte do empregador. A fim de assegurar a qualidade e a integridade das estatísticas do emprego formal e evitar lacunas decorrentes de falta de prestação da informação ou de inconsistências causadas por migrações de sistemas, a SEPRT vem se utilizando do método de imputação e compatibilização de dados de outras fontes, dando origem ao que se convencionou chamar de novo Caged – mas que aqui, por praticidade, continuará sendo identificado simplesmente como Caged. No futuro, quando todas as empresas estiverem desobrigadas a declarar o Caged, o eSocial será a única fonte de dados a alimentar o novo Caged.

Ao longo de 2021, até junho, a geração líquida de 70.150 postos na Bahia representou uma ampliação de aproximadamente 4,1% no estoque de 1.703.775 empregos com carteira assinada existente quando se iniciou o referido ano (em 2020, houve um recuo de 0,5%). Com esse resultado agregado foi possível suplantar a perda de 9.201 postos no ano passado e, ainda, tornou-se mais tangível neutralizar as perdas dos anos da última crise, quando quase 150 mil postos celetistas foram encerrados (especificamente 76.090 e 73.067 postos em 2015 e 2016, respectivamente) – recuperando, assim, o entusiasmo quanto ao processo de reabilitação vivenciado nos anos de 2018 e 2019, quando emergiram 30.746 e 30.858 novos postos, nessa ordem.

Pela investigação das médias móveis de 12 meses, abarcando os registros do trimestre mais recente, constata-se que a Bahia acabou de experimentar o sexto saldo positivo consecutivo de empregos formais<sup>2</sup> (Gráfico 1) – etapa iniciada em janeiro deste ano (+220 postos) e com o ápice repercutido em junho (+10.496 postos). Antes disso, porém, houve um intervalo relativamente curto de nove resultados mensais ininterruptos com eliminação líquida de oportunidades ocupacionais, cujo momento mais desfavorável ocorreu em junho de 2020 (-5.494 postos). Após o menor saldo médio dessa fase de contração, o processo de reativação tem sido ininterrupto, além de demonstrado tendência de continuidade – alimentando as esperanças pela consolidação da musculatura do ciclo expansionista que se iniciou em janeiro último, segundo estatísticas do Caged.

Numa breve visitação ao passado, auxiliada pelo gráfico abaixo, pode-se recordar que o mercado de trabalho baiano não havia começado bem o ano de 2020, visto ter mantido o desempenho pouco vigoroso dos meses anteriores, carregando a pecha de um percurso arrastado e sem tração para o ano que se iniciava e reafirmando toda a lentidão do processo de regeneração até então<sup>3</sup>. Isso, portanto, antes mesmo do surto do novo coronavírus se firmar como pandemia. Em seguida, como se sabe, solapado pela grave crise decorrente da epidemia de covid-19, o mercado de trabalho voltou a ruir e se deparou com mais um desequilíbrio, voltando a exhibir saldo médio negativo de vagas e iniciando assim mais uma era de constrição. Esse novo ciclo de supressão de postos, apesar do recuo vertiginoso, do elevado nível de incerteza presente inicialmente e dos contornos trágicos, felizmente, não durou muito, pois perdeu força ao longo do terceiro e do quarto trimestres de 2020 e se encerrou em dezembro último.

O novo intervalo de profusão de vagas, iniciado no primeiro mês deste ano, por sua vez, vem crescendo de maneira intensa e, em pouco tempo – no início do segundo trimestre mais precisamente –, já havia suplantado a amplitude máxima alcançada pelo ciclo contracionista de postos imediatamente antecedente. No entanto, apesar do potencial promissor, ainda é preciso cautela para abraçar a ideia de um ciclo amplo e enraizado de restabelecimento – o que ainda não foi vivenciado desde o pior estágio da conjuntura recente, em junho de 2016, quando da perda líquida média de 7.384 vagas, posto que o que se viu desde então não passou de um itinerário moroso de reabilitação.

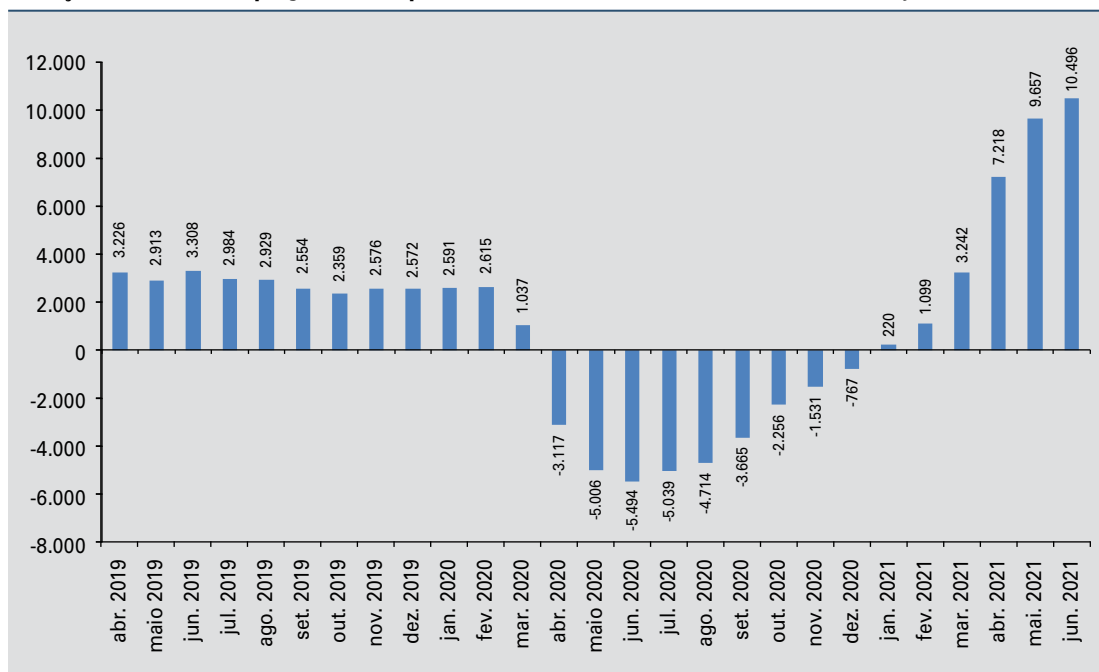
---

2 Ao longo do texto, no contexto do Caged, o termo ‘emprego formal’ se constitui numa simplificação para tratar da relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3 Aqui mantendo as ressalvas para a comparabilidade da série decorrentes de uma mudança na forma de captação dos dados do emprego formal, já que, além da natureza distinta de recebimento das informações, o eSocial também possui uma cobertura maior (com a incorporação de outros tipos de vínculos não declarados pelo Caged).

## Gráfico 1

### Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de 12 meses – Bahia – Abr. 2019-jun. 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

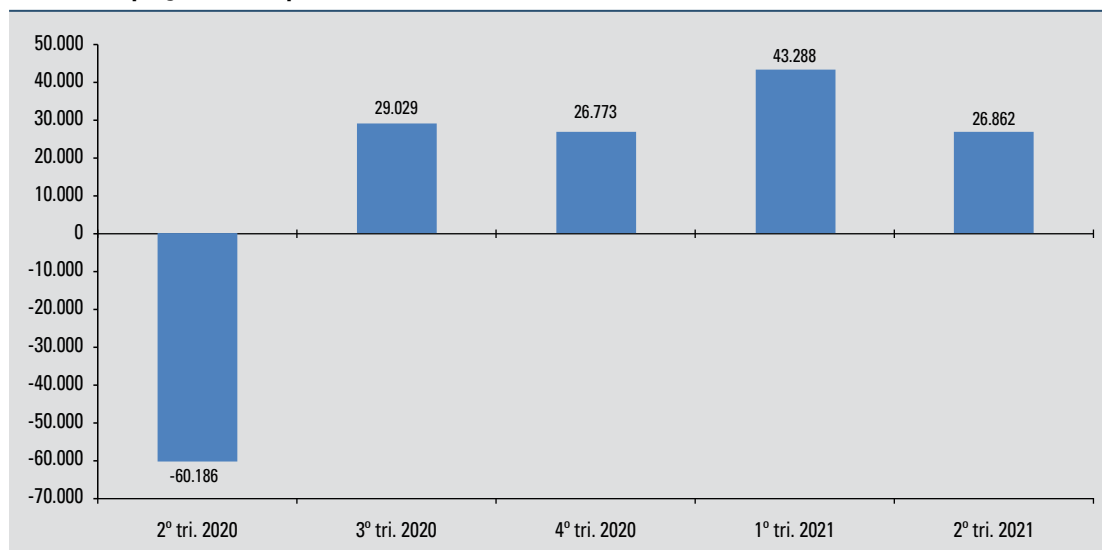
Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; e iii) ajustes remanescentes dos meses de janeiro a dezembro de 2019 não disponibilizados.

Na Bahia, em termos de saldo, o conjunto dos meses do segundo trimestre deste ano evidenciou que o nível de emprego continuou aumentando. A variação positiva do número de postos de trabalho formais no intervalo mais recente, indicando que 26.862 novos contratos foram assinados, amparou o maior saldo para um segundo trimestre no estado desde 2011<sup>4</sup>. Isso tudo depois de uma perda líquida anual de postos (9.201 contratos rescindidos no acumulado do ano passado) e com o país ainda vivenciando a segunda onda de coronavírus.

Como exposto pelo Gráfico 2 logo abaixo, o saldo trimestral mais recente foi o quarto positivo em sequência, já que os dois últimos trimestres do ano antecedente e o primeiro deste ano também contaram com mais admissões do que desligamentos. Assim, a eclosão de 26.862 novas vagas no segundo trimestre deste ano representou um reforço adicional no percurso de superação das perdas apontadas por dois resultados trimestrais negativos seguidos dentro do ano passado, quando o trimestre inaugural e o segundo trimestre de 2020 amargaram juntos a eliminação de aproximadamente 65 mil postos (menos 4.817 e 60.186 postos, na devida ordem).

Numa análise comparativa, a ressalva se volta para um saldo menor agora do que no trimestre inicial deste ano, quando 43.288 novos postos de trabalho foram abertos – por sinal, o melhor resultado trimestral desde o registrado no segundo trimestre de 2011. Em relação ao mesmo trimestre de 2020, porém, ocorreu um salto, já que um ano antes houve recuo considerável da ocupação formal, com o mercado de trabalho baiano lidando com um enxugamento de 60.186 vagas à época (o pior resultado para um trimestre desde o início da década passada, pelo menos).

4 Resultado ainda não definitivo, visto que registros fora do prazo ainda serão recebidos nos próximos meses.

**Gráfico 2****Saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021**

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; e ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

Na avaliação setorial do segundo trimestre de 2021, todos os cinco estratos setoriais incorporaram novos postos de trabalho na Bahia. O setor de *Serviços* (de longe, o mais prejudicado pela crise recente) destacou-se com o desempenho mais proeminente entre as categorias, com a geração líquida de 12.026 postos de trabalho – alavancando a reabertura de vagas a um patamar bem acima do montante de postos fechados ao longo do ano passado. O *Comércio*, com 6.147 novas vagas, também indicou um saldo relativamente proeminente, assumindo o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com saldos positivos menos protuberantes, conforme se pode acompanhar pela próxima tabela, a *Indústria geral* (+4.463 postos), a *Agropecuária* (+2.920 vagas) e a *Construção* (+1.306 postos) exibiram contratação líquida de trabalhadores<sup>5</sup>. Assim, portanto, nenhum grupamento de econômico chegou a registrar um número maior de fechamentos do que de aberturas de postos no citado intervalo no estado.

Para efeito de comparação no tempo, no mesmo trimestre do ano anterior apenas um dos setores abriu mais vagas do que fechou e, ainda assim, com resultado abaixo ao do momento – ou seja, em termos de saldo, no intervalo mais recente, todas as cinco atividades exibiram um desempenho superior ao observado à época. Em relação ao primeiro trimestre de 2021, quando também não se constatou queda da ocupação formal em qualquer dos setores, por outro lado, todas as atividades contabilizaram resultado líquido inferior agora do que no trimestre imediatamente antecedente (Tabela 1).

Assim, outra constatação importante é que, atualmente, com a dilatação do mercado de trabalho formal baiano tendo alcançado todos os cinco grandes grupos setoriais em cada um dos dois trimestres deste ano, visto que não houve supressão líquida de postos em nenhum deles em

5 Em sintonia com o IBGE na divulgação das estatísticas da PNADC, a SEPRT passou a adotar a classificação de atividades econômicas baseando-se na agregação das seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). No entanto, a fim de diminuir o número de estratos e de otimizar a análise das estatísticas de emprego formal, as seções foram agrupadas em atividades semelhantes, culminando em cinco grandes categorias: *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Indústria geral; Construção; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e Serviços.*



qualquer dos intervalos, os estoques de vínculos de tais grupamentos já se encontram em patamares superiores ao do período pré-pandemia – o que não significa necessariamente a superação dos obstáculos ou a ocorrência de uma recuperação sustentável.

Numa avaliação mais pormenorizada das atividades que contam com subdivisões, o setor de *Serviços* constatou saldo positivo na maioria delas, exceto em Alojamento e alimentação (-95 postos)<sup>6</sup>. Ainda dentro de *Serviços*, as seções de Saúde humana e serviços sociais e de Atividades administrativas e serviços complementares merecem destaque positivo, visto que exibiram os melhores resultados entre as subdivisões, com 3.750 e 3.380 novas vagas no segundo trimestre deste ano, respectivamente. No grupamento *Indústria geral*, todas as subcategorias exibiram saldo positivo no trimestre, tendo sido a seção Indústrias de transformação, com alta de 2.882 vínculos no estoque, a de maior geração líquida de postos no referido intervalo<sup>7</sup>.

**Tabela 1**  
**Saldo de empregos formais por grupamento de atividade econômica, por trimestre**  
**Bahia – 2º tri. 2020/1º tri. 2021/2º tri. 2021**

Grupamento de atividade econômica	2º tri. 2020	1º tri. 2021	2º tri. 2021
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.018	3.180	2.920
Indústria geral	-10.028	9.802	4.463
Construção	-8.935	6.865	1.306
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-17.477	6.615	6.147
Serviços	-24.764	16.826	12.026
<b>Total</b>	<b>-60.186</b>	<b>43.288</b>	<b>26.862</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; e ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

Quanto à distribuição intraestadual, no segundo trimestre de 2021 a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior experimentaram surgimento líquido de vagas. Enquanto na RMS foram absorvidos 4.912 novos empregados com registro em carteira, no interior surgiram 21.950 ocupações (Tabela 2). Um ano antes, porém, não houve geração líquida de postos em qualquer das regiões, ou seja, cada uma expôs uma conjuntura bem mais favorável agora do que no mesmo trimestre do ano passado. Em comparação com o trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades também brotaram nas duas regiões, ambos os contornos geográficos demonstraram desempenho recente mais modesto.

Enfim, no conjunto dos três meses do trimestre mais recente, assim como no primeiro trimestre deste ano, a geração de empregos formais na Bahia foi influenciada principalmente pelo desempenho do interior, já que a RMS registrou um ganho líquido de postos bem menos expressivo, o que colocou aquela instância geográfica como protagonista da recuperação do emprego formal no território baiano no início deste ano. No mesmo intervalo do ano passado, quando a retração foi generalizada, por sinal, o interior foi a zona que contou com uma perda menor.

6 O grupamento de *Serviços* possui 14 desagregações: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Saúde humana e serviços sociais; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; Serviços domésticos; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

7 O grupamento de atividade denominado *Indústria geral* subdivide-se em quatro seções: Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás; e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

**Tabela 2****Saldo de empregos formais entre RMS e interior, por trimestre – 2º tri. 2020/1º tri. 2021/2º tri. 2021**

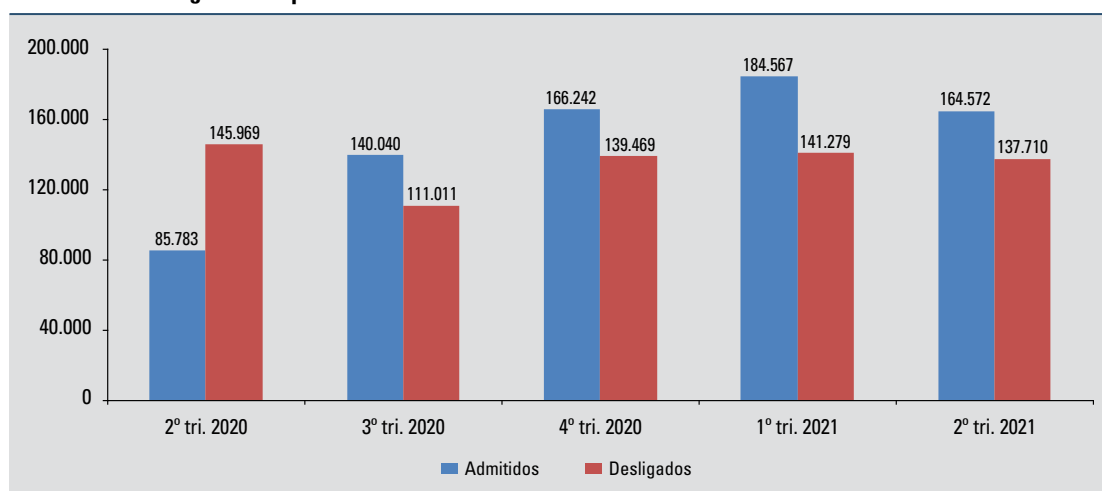
Área geográfica	2º tri. 2020	1º tri. 2021	2º tri. 2021
Bahia	-60.186	43.288	26.862
RMS	-32.186	14.034	4.912
Interior	-28.000	29.254	21.950

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; e iii) a RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 26.862 empregos formais na Bahia, observado no segundo trimestre, foi proveniente de 164.572 admissões e 137.710 desligamentos (Gráfico 3). Em relação ao mesmo trimestre do ano antecedente, as admissões cresceram, ao passo que as deposições recuaram – aquelas em 91,8% (78.789 admitidos a mais) e estas em 5,7% (8.259 desligados a menos). Ambos os quantitativos, no entanto, encolheram quando se olha para o trimestre anterior, com o total de admitidos diminuindo 10,8% (19.995 contratações a menos) e o de desligados retraindo 2,5% (3.569 dispensas a menos). As contratações, dessa forma, pararam de aumentar após três trimestres, evidenciando o menor quantitativo desde o do terceiro trimestre de 2020 (140.040 admissões). Por sua vez, após duas altas, os desligamentos recuaram, assumindo o segundo menor montante desde o início da década passada pelo menos (superior apenas ao do penúltimo trimestre de 2020, com 111.011 contratos encerrados).

A dinâmica com alta das contratações ao tempo em que reduzem os desligamentos se configura num movimento sinérgico e ajuda a entender a ocorrência de um saldo enormemente mais acentuado do que há um ano. No entanto, pelo visto, a despeito do importante recuo das rescisões de contratos nessa base de comparação, a recomposição do mercado de trabalho baiano no trimestre mais recente, retratada aqui pelo maior saldo para um segundo trimestre desde 2011, se ancorou mais intensamente no avanço anual das recomposições de quadros – posto que tal montante aumentou consideravelmente e se encontra num nível considerado alto de 2016 para cá. Outras constatações conjunturais podem ser apreendidas pela observação do gráfico abaixo.

**Gráfico 3****Admissões e desligamentos por trimestre – Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021**

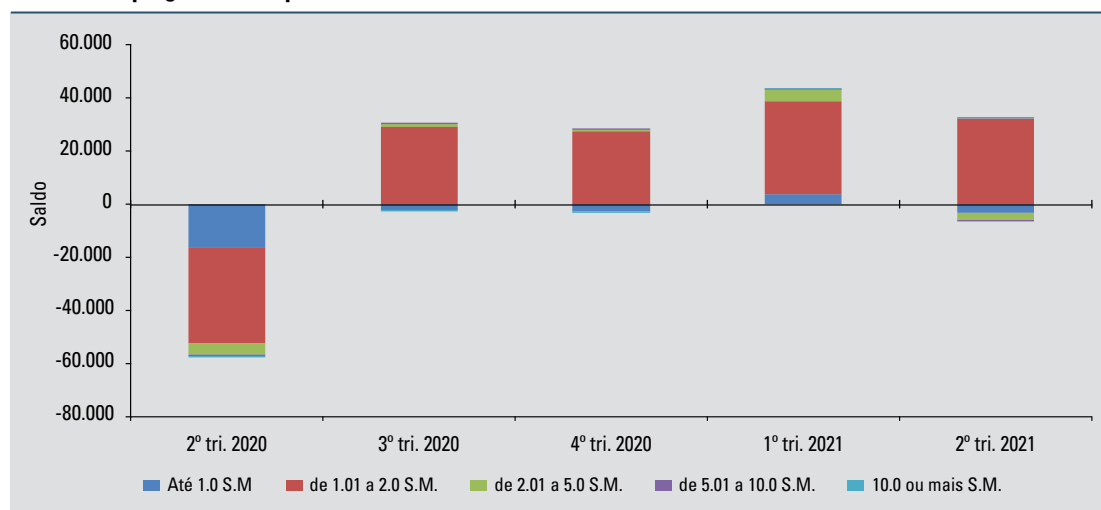
Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; e ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

De abril a junho, mesmo reforçado por um resultado positivo no agregado dilatado – maior quantitativo para um segundo trimestre dos últimos dez anos –, o surgimento líquido de vagas somente aconteceu em dois dos cinco estratos de remuneração analisados (de um a dois e de dez ou mais salários mínimos). A camada dos que receberam de um a dois salários mínimos despontou com a maior absorção de vínculos no segundo trimestre de 2021, numa magnitude bem superior às demais. Ou seja, nesta fase, mesmo marcada por avanços, o mercado de trabalho baiano não teve a capacidade de gerar postos de trabalho em todos os grupos salariais, concentrando as contratações nos postos de retorno financeiro relativamente baixo, os de um a dois salários mínimos – por sinal, grupo de maior rescisão líquida de contratos no pior momento da crise, ocorrido no segundo trimestre do ano passado. O maior corte líquido, por sua vez, ocorreu na camada representada pelos que receberam até um salário mínimo (Gráfico 4).

Neste enquadramento de saldos por faixas de salário mínimo, o panorama no segundo trimestre de 2021 se mostrou mais favorável do que o observado há um ano, já que à época não houve geração líquida de postos em qualquer das classes e o saldo de cada categoria foi menor (ou seja, as cinco categorias apresentaram resultado melhor no trimestre mais recente). Em relação ao trimestre inaugural de 2021, a cena estampada no segundo trimestre deste ano, porém, se revelou menos opulenta, visto que antes nenhum dos estratos salariais apontou supressão líquida de postos e, ainda, quatro deles exibiram um saldo maior (a exceção foi a faixa de dez ou mais salários mínimos).

**Gráfico 4**  
**Saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021**



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; e ii) excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

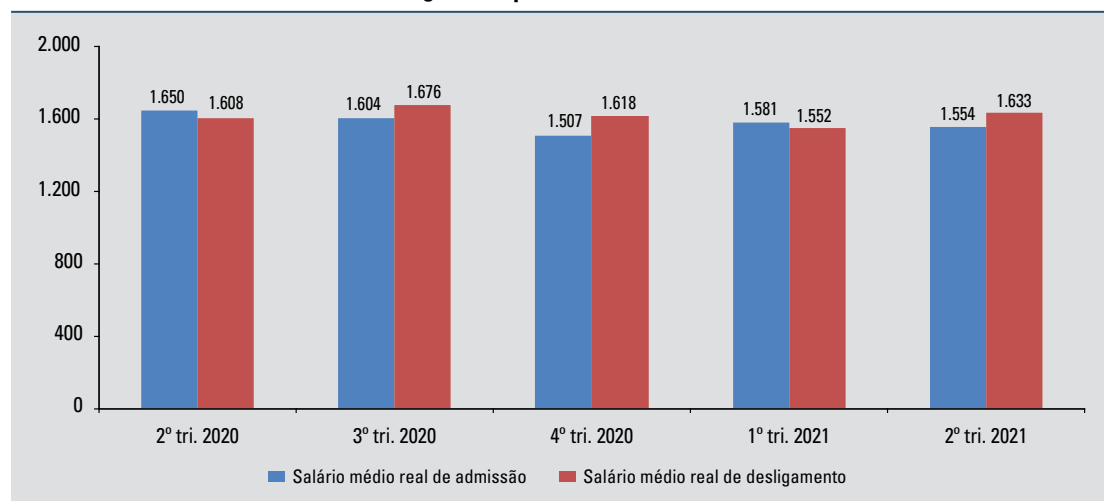
O salário médio real de admissão na Bahia chegou a R\$ 1.554 no segundo trimestre de 2021. A remuneração média dos trabalhadores admitidos, assim, após ter ampliado, voltou a encolher no trimestre mais recente (Gráfico 5). Em relação ao trimestre antecedente, quando alcançou R\$ 1.581, houve queda de 1,7%. Na comparação interanual, ocorreu uma redução de 5,8%, já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.650. O salário médio real de desligamento, por sua vez, depois de duas quedas seguidas, aumentou. O valor mais recente chegou a R\$ 1.633, o que representou uma elevação de 1,6% e 5,3% sobre

aqueles registrados no mesmo intervalo de 2020 e no trimestre imediatamente anterior, respectivamente<sup>8</sup>.

No segundo trimestre de 2021, o salário médio real de admissão se mostrou abaixo do de desligamento – situação, portanto, diferente daquelas observadas no mesmo intervalo do ano passado e no primeiro trimestre deste ano (aliás, ocorrência rara esta dos trimestres de comparação). Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 95,2% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre imediatamente precedente e no segundo trimestre de 2020, esses percentuais foram de 101,9% e 102,6%, respectivamente – denotando, dessa maneira, diminuição do preço de rotatividade da mão de obra em relação a ambos os intervalos comparativos na Bahia.

### Gráfico 5

Salário médio real de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021; ii) excetuando-se os dados (salários de admissão e de desligamento e totais de admitidos e de desligados) do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; iii) dados deflacionados em relação a junho de 2021 pelo INPC; e iv) dados não levam em conta contratos de trabalho com vínculo sob a modalidade intermitente e não incluem valores de rendimentos inferiores a 0,3 salário mínimo e superiores a 150 salários mínimos (vigente em cada ano).

## MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, sintetizados na Tabela 3, a desocupação na Bahia atingiu 19,7% da população na força de trabalho no segundo trimestre de 2021 – alcançando, dessa forma, o menor patamar desde o do primeiro trimestre de 2020 (18,7%). O resultado em questão, porém, ainda se mostrou a quinta maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa<sup>9</sup>. No Brasil e no Nordeste, as taxas foram de 14,1% e 18,2%, respectivamente – terceiro e segundo maiores níveis de cada série correspondente.

<sup>8</sup> Importante ressaltar que a distribuição dos salários dos trabalhadores celetistas apresentou significativa assimetria em decorrência da presença de valores discrepantes. Com isso, os resultados referentes às médias salariais ficaram viesados para cima, influenciados pelo registro de altos rendimentos no cadastro. Tais achados carregam, também, a contribuição de limitações características de registro administrativo, a saber, ausência de declaração ou declaração incorreta.

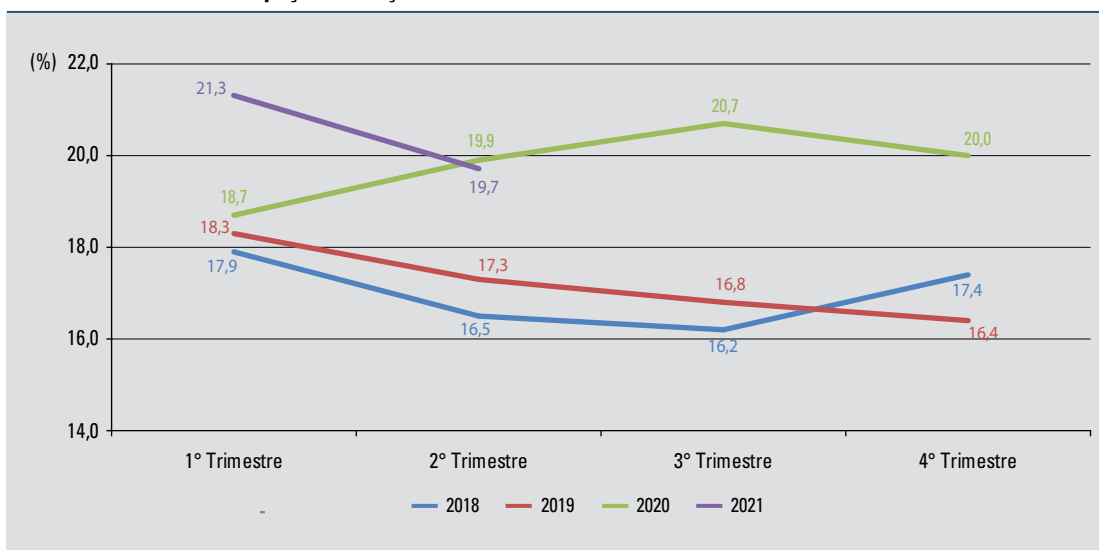
<sup>9</sup> A PNADC foi implantada em caráter definitivo em janeiro de 2012.

A Região Nordeste (18,2%), por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul (8,2%) com a menor. Entre as unidades da Federação, a Bahia exibiu o segundo índice mais elevado no trimestre de abril a junho de 2021, após oito trimestres em sequência com a maior taxa do país – cedendo o posto para Pernambuco, com 21,6%. Na outra ponta, Santa Catarina (5,8%) ostentou a menor estimativa. Em terras baianas, portanto, o referido indicador foi mais do que o triplo do apurado para Santa Catarina no segundo trimestre deste ano.

Diferentemente do roteiro seguido em 2020, quando emendou três altas seguidas antes de cair ao final daquele ano, o percentual de desocupados na força de trabalho na Bahia, após a elevação no conjunto dos três meses inaugurais deste ano, já conta com uma queda, contraindo 1,6 ponto percentual ao passar de 21,3% para 19,7% (segundo recuo na margem mais intenso da série) – bastante para superar a variação positiva de 1,3 ponto percentual do quarto trimestre de 2020 para o primeiro de 2021, mas ainda insuficiente para anular a elevação de 3,6 pontos percentuais materializada ao longo do ano passado (Gráfico 6). Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2020, quando o indicador foi estimado em 19,9%, também houve decréscimo, com a taxa mais recente ficando 0,2 ponto percentual abaixo.

A dinâmica de queda observada no segundo trimestre de 2021, no entanto, não chega a ser surpresa, já que reflete um comportamento próprio do mercado de trabalho baiano nessa passagem do ano (em parte, associada a fatores sazonais), tendo sido observado em quase todos os anos da série, exceto os de 2015 e de 2020. Além do mais, essa guinada baixista resulta também do enfraquecimento dos efeitos da última onda da crise sanitária do novo coronavírus e da flexibilização gradual das medidas restritivas em todo território brasileiro. Qualquer sinal de esperança pela superação do quadro atual de deterioração, entretanto, deve ser interpretado com cautela, visto que o processo de recuperação do emprego e da renda não costuma se dar de forma tão veloz.

**Gráfico 6**  
**Taxa trimestral de desocupação da força de trabalho – Bahia – 1º tri. 2018-2º tri. 2021**



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

O nível da ocupação<sup>10</sup> em território baiano no trimestre encerrado em junho de 2021 aumentou no comparativo com o trimestre imediatamente antecedente e também em relação ao de um ano antes. Dessa forma, o percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas subiu para 43,3% – ainda assim, o quinto menor valor da série –, ao passo que havia sido de 40,1% e 41,5% no segundo trimestre de 2020 e no primeiro deste ano, respectivamente. A taxa de participação<sup>11</sup> também aumentou, apesar de ainda representar a quinta menor marca. Com alta de 1,2 ponto percentual frente ao trimestre imediatamente antecedente (52,7%) e de 3,8 pontos percentuais em comparação com o mesmo trimestre do ano passado (50,1%), a referida estimativa ficou em 53,9%. Enfim, tanto o nível de ocupação quanto a taxa de participação ainda se encontram distantes de seus picos, de 55,9% no quarto trimestre de 2014 e de 62,5% no terceiro trimestre de 2015, respectivamente.

No trimestre analisado, tendo como referência tanto o intervalo imediatamente antecedente quanto o de um ano antes, o mercado de trabalho baiano se deparou com alta na ocupação. Assim, após ter contraído, o contingente de ocupados voltou a se estender. Com o quinto menor nível da série, a população ocupada foi estimada em 5,395 milhões, representando uma ampliação de 10,6% (+519 mil pessoas) em contraponto ao número de ocupados do mesmo período de 2020 e de 5,1% (+260 mil) comparativamente ao montante do trimestre anterior. Esse total, por sinal, já alcançou 6,432 milhões quando em seu auge, no último trimestre de 2014. A desocupação, por sua vez, apesar de cair na margem (-4,5% ou -63 mil), sustentou aumento na comparação interanual (+9,5% ou +115 mil). A população desocupada, calculada em 1,323 milhão de indivíduos, ainda se constitui o segundo maior quantitativo da série.

A alta na ocupação combinada com a diminuição do número de desocupados em relação ao trimestre antecedente desembocou numa contração da taxa de desocupação no estado. O movimento descendente da taxa de desocupação nessa base de comparação, portanto, esteve atrelado tanto à elevação de pessoas trabalhando quanto ao recuo de indivíduos sem trabalho e que estavam procurando por um. Quanto ao registrado no primeiro trimestre de 2021, o preenchimento de ocupações (+260 mil) num volume acima ao da entrada de indivíduos na força de trabalho (+197 mil) ajuda a explicar uma menor quantidade de desocupados (-63 mil). Por fim, importante pontuar, mesmo com mais gente em idade de trabalhar, recorde da série, o número de pessoas fora da força de trabalho diminuiu, terceiro trimestre seguido com encolhimento, chegando a 5,742 milhões. No entanto, esse quantitativo que não estava ocupado nem desocupado na semana de referência ainda demarcou o quinto maior registro da sequência.

Além da compressão no índice de desocupação no estado na margem e em termos interanuais, a taxa composta de subutilização da força de trabalho também decresceu, alcançando 42,9% no trimestre mais atual – indicando, assim, encolhimentos de 1,9 e 1,8 ponto percentual em relação às estimativas do trimestre antecedente (44,8%) e do de um ano atrás (44,7%), respectivamente (Gráfico 7). Apesar dessa queda, a taxa assumiu o quinto maior registro da série e se mostrou muito acima do piso de 26,3% registrado no segundo trimestre de 2014<sup>12</sup>. Com a quinta maior taxa

---

10 O nível da ocupação diz respeito ao percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar.

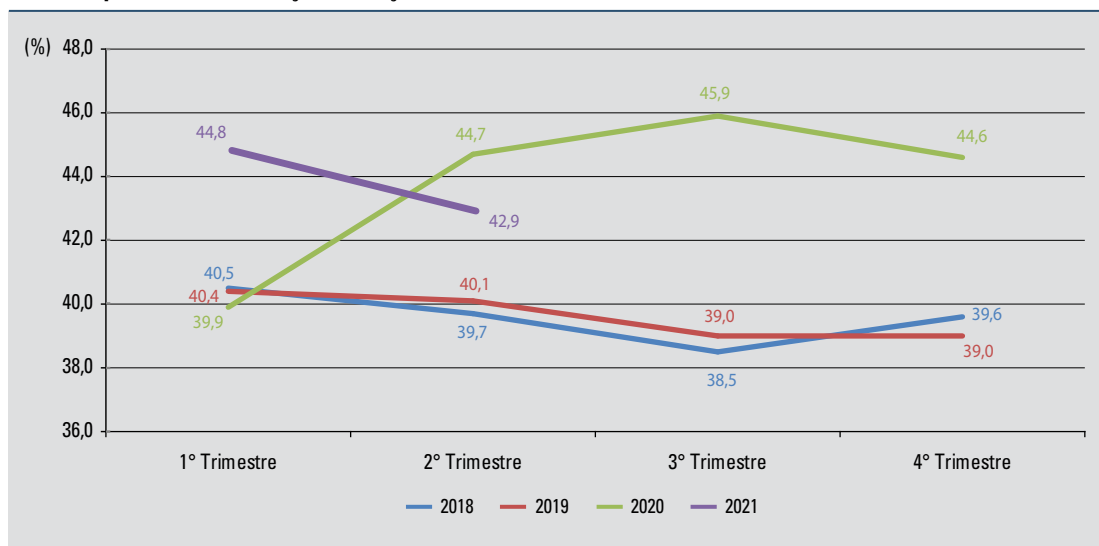
11 A taxa de participação se refere ao percentual de pessoas na força de trabalho em relação àquelas em idade de trabalhar.

12 A taxa composta da subutilização da força de trabalho retrata a relação entre o grupo dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial e o grupo delimitado pela força de trabalho ampliada (que é a soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial).

de subutilização entre as unidades federativas, a Bahia exibiu uma estimativa superior a de Brasil (28,6%) e Nordeste (41,7%). Enfim, no trimestre encerrado em junho de 2021, 3,393 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade se encontravam na condição de subutilizadas em território baiano – ou seja, 28,2% e 10,5% dos quantitativos existentes na região nordestina e no país, respectivamente.

### Gráfico 7

#### Taxa composta de subutilização da força de trabalho – Bahia – 1º tri. 2018-2º tri. 2021



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

O montante de desalentados em terras baianas no segundo trimestre do ano de 2021 foi de 715 mil pessoas, menor valor desde o último trimestre de 2017 (637 mil)<sup>13</sup>. Assim, houve uma redução de 134 mil (-15,8%) indivíduos nessa condição em um ano e de 70 mil (-8,9%) ao levar-se em consideração o primeiro trimestre deste ano. Atualmente, a Bahia concentra 12,8% da população desalentada brasileira (5,581 milhões), menor proporção computada na série, já tendo sido de 20,7% por exemplo. Ainda assim, trata-se do maior contingente populacional de desalentados do país, constatação que se repete desde o início da pesquisa. O percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada no estado ficou em 9,6% de abril a junho de 2021 – o menor registro da sequência histórica nos últimos três anos e meio, mas o décimo maior quando se compara os percentuais das 27 unidades da Federação.

Com base na PNADC, em sua edição trimestral, o rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2021, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.675 – o quarto mais baixo entre as unidades federativas. Em relação ao mesmo intervalo de 2020, quando estava em R\$ 1.902, houve queda de 11,9% (ou seja, menos R\$ 227) – a maior retração interanual averiguada. Num comparativo com o trimestre imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 1.628, ocorreu uma variação positiva de 2,9% (mais R\$ 47), primeira ocorrência de alta após três contrações seguidas. A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas

13 Os desalentados são aqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por, pelo menos, uma das seguintes razões: a) não ter conseguido trabalho adequado; b) não ter experiência profissional ou qualificação; c) não haver trabalho na localidade; ou d) por ser considerado muito jovem ou idoso.

foi estimada em R\$ 8,654 bilhões, ainda o quarto menor montante já contabilizado – significando uma elevação de 7,6% frente ao do primeiro trimestre, de R\$ 8,041 bilhões (menor volume da série), e uma diminuição de 3,7% num comparativo com o total do mesmo período do ano passado, cujo valor havia sido de R\$ 8,991 bilhões. O aumento da massa de rendimento real em relação ao trimestre imediatamente antecedente ocorreu após quatro quedas seguidas e significou a segunda maior variação positiva percentual registrada nessa base de comparação.

**Tabela 3**  
**Síntese das principais informações da PNADC – Bahia – 2º tri. 2020/1º tri. 2021/2º tri. 2021**

Indicador	Estimativa			Variação	
	2º tri. 2020	1º tri. 2021	2º tri. 2021	2º tri. 2021/ 1º tri. 2021	2º tri. 2021/ 2º tri. 2020
População em idade de trabalhar (em mil)	12.152	12.369	12.460	0,7%	2,5%
População na força de trabalho (em mil)	6.085	6.521	6.718	3,0%	10,4%
Ocupados (em mil)	4.876	5.135	5.395	5,1%	10,6%
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (em mil)	637	827	880	6,4%	38,1%
Desocupados (em mil)	1.208	1.386	1.323	-4,5%	9,5%
População fora da força de trabalho (em mil)	6.067	5.847	5.742	-1,8%	-5,4%
População na força de trabalho potencial (em mil)	1.585	1.287	1.190	-7,5%	-24,9%
Desalentados (em mil)	849	785	715	-8,9%	-15,8%
População subutilizada (em mil)	3.430	3.499	3.393	-3,0%	-1,1%
Taxa de desocupação	19,9%	21,3%	19,7%	-1,6 p.p.	-0,2 p.p.
Nível da ocupação	40,1%	41,5%	43,3%	1,8 p.p.	3,2 p.p.
Taxa de participação na força de trabalho	50,1%	52,7%	53,9%	1,2 p.p.	3,8 p.p.
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	44,7%	44,8%	42,9%	-1,9 p.p.	-1,8 p.p.
Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	13,1%	16,1%	16,3%	0,2 p.p.	3,2 p.p.
Percentual de desalentados <sup>(1)</sup>	12,2%	10,7%	9,6%	-1,1 p.p.	-2,6 p.p.
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.902	R\$ 1.628	R\$ 1.675	2,9%	-11,9%
Massa de rendimento real (em milhões)	R\$ 8.991	R\$ 8.041	R\$ 8.654	7,6%	-3,7%

Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

(1) Trata-se do percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada.

Levando-se em conta a posição na ocupação, houve aumento da ocupação em cinco das seis formas de inserção no mercado de trabalho em um ano na Bahia (Tabela 4). Frente ao mesmo trimestre do ano passado, *Trabalhador familiar auxiliar* (+48,0%) e *Conta própria* (+16,9%) foram aquelas com as maiores expansões relativas. Em seguida, em magnitudes relativamente menores, vieram *Trabalhador doméstico* (+13,6%), *Empregado no setor privado (exclusive trabalhador doméstico)* (+11,2%) e *Empregador* (+5,5%). Assim, *Empregado no setor público* foi a única com encolhimento do número de ocupados nessa base de comparação, recuo de 7,6%. Com relação ao primeiro trimestre deste ano, ocorreu alta em todas as formas de inserção, com destaque para *Trabalhador familiar auxiliar* (+18,7%) e *Empregador* (+11,6%). As demais variações em relação ao trimestre inaugural de 2021 podem ser acompanhadas em detalhe na tabela abaixo.

No setor privado (exclusive trabalhador doméstico), em termos interanuais, o aumento foi observado somente para os empregados sem carteira de trabalho assinada (+41,7%), já que para aqueles com carteira assinada houve recuo (-4,9%). Em confronto com o trimestre antecedente, também ocorreu diminuição daqueles com registro em carteira (-3,1%) e aumento dos sem registro (+8,4%). O quantitativo com carteira de trabalho assinada emendou duas reduções seguidas, tornando-se o mais reduzido da história em território baiano (1,231 milhão). Dessa



forma, no segundo trimestre de 2021, o percentual de empregados no setor privado com carteira assinada ficou em 56,0% – a menor marca da série, além da terceira menor proporção entre as unidades federativas e bem abaixo da média brasileira (75,1%).

Entre os trabalhadores domésticos, após um ano, a alta se deu unicamente para aqueles sem proteção legal (+19,9%) ao passo que houve recuo para aqueles sob a manta da legalidade (-10,3%). Na margem, movimento semelhante: aumento para aqueles sem carteira de trabalho assinada (+9,3%) e encolhimento para aqueles com registro em carteira (-11,9%). Como consequência, o menor contingente de domésticos formalizados da série, aproximadamente 52 mil trabalhadores. No setor público, em um ano, apenas aqueles com carteira de trabalho assinada (+66,0%) apresentaram variação positiva. No entanto, do primeiro ao segundo trimestre, tanto os com carteira assinada (+35,4%) quanto os sem carteira assinada (+11,0%) e os militares e estatutários (+7,8%) expandiram seus contingentes.

De toda população ocupada no estado no segundo trimestre deste ano, apenas 3,6% se enquadravam como empregadores. A média brasileira foi de 4,3%. Por sua vez, no mesmo período, os que trabalhavam por conta própria representavam 31,3% do total de ocupados na Bahia – percentual acima da média do país, de 28,3%. A Bahia, assim, contava com 5,1% e 6,8% dos empregadores e dos conta própria existentes em todo território brasileiro no referido intervalo, respectivamente. Outros pormenores das formas de inserção e suas oscilações entre os trimestres podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 4**  
**Pessoas ocupadas (em milhares) por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal**  
**Bahia – 2º tri. 2020/1º tri. 2021/2º tri. 2021**

Posição na ocupação e categoria do emprego	Trimestre			Variação			
	2º tri. 2020	1º tri. 2021	2º tri. 2021	2º tri. 2021/1º tri. 2021		2º tri. 2021/2º tri. 2020	
				Percentual (%)	Absoluta (em mil)	Percentual (%)	Absoluta (em mil)
Empregado no setor privado <sup>(1)</sup>	1.978	2.165	2.200	1,6%	35	11,2%	222
com carteira de trabalho assinada	1.294	1.271	1.231	-3,1%	-40	-4,9%	-63
sem carteira de trabalho assinada	684	894	969	8,4%	75	41,7%	285
Trabalhador doméstico	264	285	300	5,3%	15	13,6%	36
com carteira de trabalho assinada	58	59	52	-11,9%	-7	-10,3%	-6
sem carteira de trabalho assinada	206	226	247	9,3%	21	19,9%	41
Empregado no setor público	857	713	792	11,1%	79	-7,6%	-65
com carteira de trabalho assinada	53	65	88	35,4%	23	66,0%	35
sem carteira de trabalho assinada	273	172	191	11,0%	19	-30,0%	-82
militar e funcionário público estatutário	531	475	512	7,8%	37	-3,6%	-19
Empregador	183	173	193	11,6%	20	5,5%	10
Conta própria	1.444	1.613	1.688	4,6%	75	16,9%	244
Trabalhador familiar auxiliar	150	187	222	18,7%	35	48,0%	72
<b>Total</b>	<b>4.876</b>	<b>5.135</b>	<b>5.395</b>	<b>5,1%</b>	<b>260</b>	<b>10,6%</b>	<b>519</b>

Fonte: IBGE – PNADC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

Diferenças do somatório em relação ao total decorrem de eventuais aproximações nas categorias.

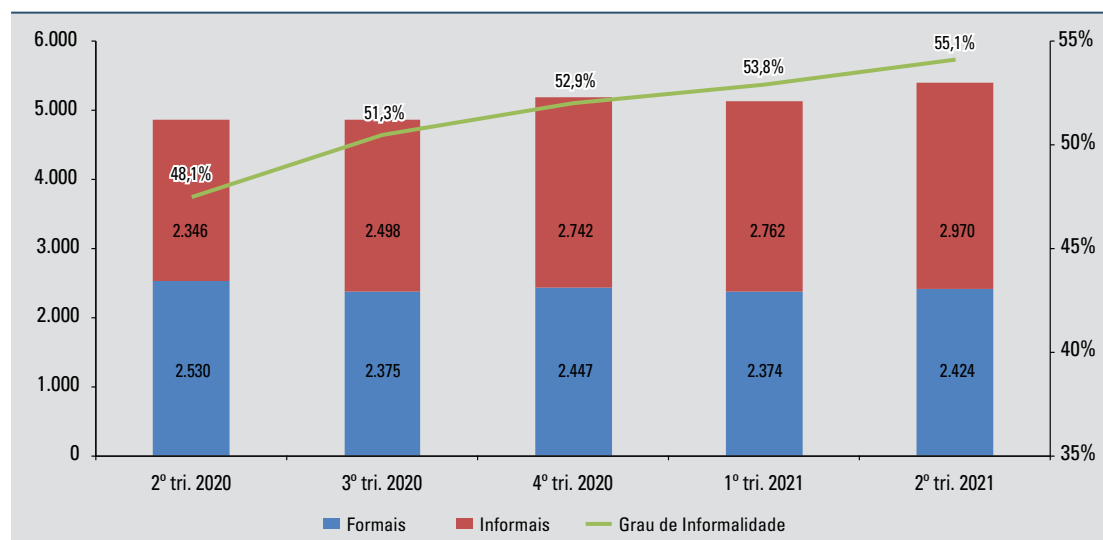
(1) Exclui trabalhador doméstico.

Na Bahia, após duas quedas sucessivas em relação ao trimestre imediatamente anterior, o conjunto dos informais completou quatro altas subsequentes no trimestre mais recente. O

quantitativo de formais também se expandiu, mas isso depois de ter encolhido (Gráfico 8). Do primeiro ao segundo trimestres deste ano, a elevação da ocupação derivou principalmente do acréscimo no montante de informais, visto que o total dos formais aumentou de maneira menos intensa. No caso, aproximadamente 80,0% dos 260 mil trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho baiano eram informais. Em termos interanuais, a alta da ocupação em território baiano foi sustentada inteiramente pela ampliação do quadro de informais, já que o quantitativo de formais encolheu. Por fim, o trimestre de abril a junho de 2021 contabilizou 2,970 milhões de ocupados na informalidade e 2,424 milhões na formalidade.

O grau de informalidade da população ocupada no mercado de trabalho baiano no trimestre encerrado em junho de 2021, dessa forma, aumentou quando comparado com o de um ano antes e também no confronto com o observado no trimestre imediatamente anterior. Como se pode acompanhar pelo gráfico abaixo, no intervalo mais recente, entre os ocupados, 55,1% eram considerados informais, ao passo que, no mesmo trimestre do ano de 2020 e no imediatamente antecedente, eram 48,1% e 53,8% em cada. A taxa mais recente se constitui na maior dos últimos dois anos e a segunda mais elevada da série. Entre as unidades federativas, a Bahia apontou o quinto maior grau de informalidade no segundo trimestre. No Brasil, por sinal, 40,6% dos trabalhadores se encontravam alocados na informalidade entre abril e junho deste ano.

**Gráfico 8**  
**População ocupada (em milhares) por situação de formalidade e grau de informalidade(1)**  
**Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021**



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

(1) A definição aqui utilizada considerou informal o empregado do setor privado sem carteira, o trabalhador doméstico sem carteira, o empregador sem CNPJ, o trabalhador por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

Considerando-se os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o número de pessoas ocupadas aumentou em todas as cinco grandes categorias (Tabela 5). No caso, a ampliação relativa do nível de emprego foi maior em *Construção* (+37,0%) e *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (+21,0%); e relativamente menor em *Indústria geral* (+8,1%), *Serviços* (+6,2%) e *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (+5,2%). Em relação ao trimestre imediatamente anterior, um dos grupamentos exibiu queda: *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-0,6%). Nessa base de comparação, *Construção* (+9,0%) foi a categoria com maior crescimento relativo. As demais variações em relação ao trimestre antecedente podem ser vistas na tabela logo a seguir.

Especificamente dentro de *Serviços*, composto por seis atividades, houve ampliação anual da população ocupada em cinco delas: Alojamento e alimentação (+62,7%), Transporte, armazenagem e correio (+17,7%), Serviços domésticos (+12,9%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+4,9%) e Outros serviços<sup>14</sup> (+3,4%). Assim, a atividade referente a Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (-7,1%) foi a única do grupamento *Serviços* com decréscimo da ocupação em um ano.

**Tabela 5**  
**Pessoas ocupadas (em milhares) por grupamentos de atividade do trabalho principal**  
**Bahia – 2º tri. 2020/1º tri. 2021/2º tri. 2021**

Grupamento de atividade econômica	Trimestre			Variação			
	2º tri. 2020	1º tri. 2021	2º tri. 2021	2º tri. 2021/1º tri. 2021		2º tri. 2021/2º tri. 2020	
				Percentual (%)	Absoluta (em mil)	Percentual (%)	Absoluta (em mil)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	879	1.006	1.064	5,8%	58	21,0%	185
Indústria geral	395	400	427	6,8%	27	8,1%	32
Construção	273	343	374	9,0%	31	37,0%	101
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	926	980	974	-0,6%	-6	5,2%	48
Serviços	2.403	2.401	2.553	6,3%	152	6,2%	150
<b>Total</b>	<b>4.876</b>	<b>5.135</b>	<b>5.395</b>	<b>5,1%</b>	<b>260</b>	<b>10,6%</b>	<b>519</b>

Fonte: IBGE – PNADC.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

Diferenças do somatório em relação ao total decorrem de eventuais aproximações nas categorias.

## PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

### Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas dos empresários de diversos setores sobre os mais variados temas, dentre os quais a inclinação à contratação futura de trabalhadores. Construído a partir das respostas do empresariado da Bahia em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde março de 2020, ou seja, há 16 meses – mas isso após dois meses seguidos com valor acima de zero.

Após o mês de janeiro de 2020, quando atingiu 114 pontos, maior patamar desde março de 2013, o referido indicador entrou em rota de declínio, alcançando a menor pontuação da série em maio de 2020 (-660 pontos). A partir de junho, quando da interrupção do

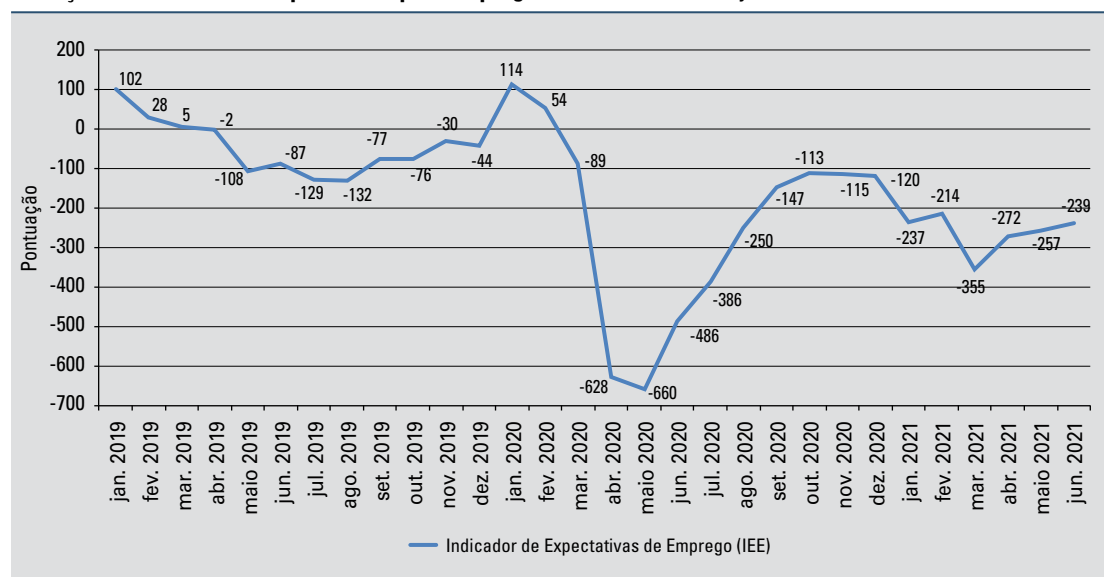
14 O grupamento ocupacional Outros serviços, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, engloba três seções: Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

percurso de queda, até outubro, a trajetória foi de recuperação. Nos dois últimos meses do ano passado, o indicador praticamente se estabilizou. Iniciado o ano, nos primeiros três meses de 2021, o percurso voltou a assumir tendência de deterioração. Agora, entretanto, ao longo do segundo trimestre, houve nova reversão e o caminho tem se caracterizado por uma suave melhora progressiva.

Frente ao término do primeiro trimestre, os indicadores do segundo trimestre deste ano se situaram num degrau acima: abril, -272 pontos; maio, -257 pontos; e junho, -239 pontos. O mês de junho, por exemplo, alcançou o maior nível dos últimos quatro meses. Os resultados recentes, apesar de melhores do que os dos meses mais dramáticos da crise (abril e maio de 2020, com -628 pontos e -660 pontos, respectivamente) e do indicativo de diluição da apatia nas intenções de contratações em médio prazo, ainda não servem de lastro para argumentos de que a recuperação do emprego será questão de tempo (Gráfico 9).

Em relação ao desfecho do trimestre imediatamente antecedente, no entanto, a melhora do indicador referente ao emprego não se manifestou de forma generalizada, já que não ocorreu em um dos quatro setores. Entre as atividades, avanços foram registrados na *Indústria*, nos *Serviços* e no *Comércio*. Assim, portanto, a contração das expectativas foi captada na *Agropecuária*. Considerando-se que a pontuação pode variar de -1.000 a 1.000 pontos, faz-se importante destacar que o pessimismo quanto ao emprego (pontuação abaixo de zero) se espalhou menos e se manifestou em dois setores – portanto, em um a menos do que no final do primeiro trimestre de 2021. Por fim, ao final do intervalo, o grupamento *Serviços* terminou novamente no pior patamar entre os setores, com -385 pontos. Na outra ponta, mais uma vez, a atividade de *Agropecuária* revelou a percepção mais favorável em relação às contratações futuras, com 33 pontos.

**Gráfico 9**  
**Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego – Bahia – Jan. 2019-jun. 2021**



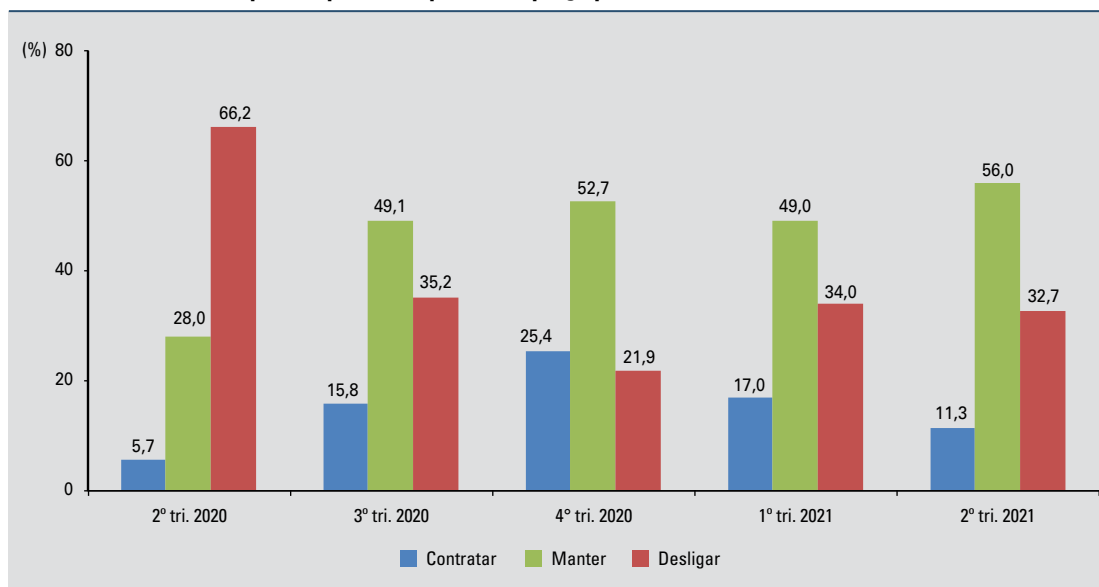
Fonte: SEI – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.  
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

No que diz respeito ao nível esperado de contratações futuras, analisando a média do trimestre, 56,0% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores, 11,3% cogitam contratar e 32,7% dos entrevistados pretendem promover o desligamento de empregados (Gráfico

10). Comparativamente ao primeiro trimestre, apenas o percentual daqueles que pretendem manter o quantitativo aumentou. Pontualmente, depois de tomar a dianteira no trimestre antecedente, a proporção das empresas com intenção de comprimir o quadro de pessoal se distanciou um pouco mais da porção das que preveem expandir, com aquela assumindo quase o triplo desta – situação possível graças ao menor recuo relativo daquela frente a esta.

Conforme o gráfico abaixo, após o elevadíssimo patamar registrado no segundo trimestre de 2020, quando atingiu 66,2%, o intento do setor produtivo baiano de enxugar o quadro de funcionários recuou seguidamente até o final do ano passado e, mesmo sem ter alcançado um nível considerado baixo, cresceu no primeiro trimestre de 2021, caindo levemente logo em seguida (32,7%). O fito de admitir, por sua vez, depois de perder fôlego e assumir um percentual inferior ao exibido nos últimos 16 trimestres – de 5,7% no segundo trimestre de 2020 –, emendou dois avanços, mas recuou duas vezes este ano e ficou em 11,3% no trimestre mais atual. De resto, ao passar de 49,0% para 56,0% no movimento mais recente, a perspectiva empresarial de manter o quantitativo de empregados voltou a apresentar alta depois de ter recuado no trimestre anterior. Com expectativas ainda pouco encorajadoras, a prescrição de uma recuperação do mercado de trabalho sob o olhar empresarial, presente até o início do ano passado, continuou sem se consolidar<sup>15</sup>.

**Gráfico 10**  
**Percentual médio de posturas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 2º tri. 2020-2º tri. 2021**



Fonte: SEI – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.  
 Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2021.

15 Dada a violenta e brusca quebra recente, com choques vindos tanto da oferta quanto da demanda, o que dificulta a modelagem em capturar uma perturbação com tais características, optou-se por não apresentar a projeção do emprego formal neste boletim. Além do mais, a redução da comunicabilidade entre os pontos da série por conta das mudanças na forma de captação dos dados do Caged se revelou um obstáculo adicional. Nessas circunstâncias, portanto, a capacidade preditiva dos modelos econométricos se encontra fragilizada.

# NOTA METODOLÓGICA

## Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (inflação, juros, PIB nacional e PIB estadual) e ao desempenho das empresas (vendas, crédito, câmbio, capacidade produtiva, situação financeira, emprego, exportação e abertura de unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a pesquisa conta, atualmente, com mais de 100 entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

### Escala do ICEB

